



GT 15. Antropologia, Performances e Patrimônios: saberes insubmissos

Coordenador(es):

Paulo Jorge Pinto Raposo (ISCTE)

Scott Head (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Sessão 1

Debatedor/a: Izabela Maria Tamaso (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Sessão 2

Debatedor/a: Filipe Marcelo Correia de Brito Reis (ISCTE)

Sessão 3

Debatedor/a: Renata de Lima Silva (UFG - Universidade Federal de Goiás)

O GT tem por objetivo reunir de comunicações que incorporem reflexões antropológicas sobre as dimensões performativas e imateriais da cultura, notadamente a relacionada a processos de patrimonialização. Interessa-nos (1) entender como se evidenciam diálogos tensos e negociações entre saberes insubmissos, insurgentes e subalternos, materializados em performances culturais e cenários institucionalizados, que acionam a patrimonialização; (2) observar dinâmicas entre patrimônio(s) e performance(s) explorando as dimensões criativas e processos de objetificação cultural de repertórios culturais menos visibilizados ou minoritários; ou as tensões entre expressões culturais de natureza performática (festas, rituais, formas estéticas) e dinâmicas contemporâneas de classificação dessas formas expressivas, marcadas por resistências anti-patrimoniais ou processos insurgentes de empoderamento; (3) entender como formas de exibição dessas manifestações expressivas da cultura se dinamizam através de propostas insubmissas - museus, galerias, no espaço público, eventos ou plataformas virtuais - visando produzir formas mais ou menos canônicas de cultura. Pretendemos pensar criticamente os limites e as dimensões imateriais da cultura e da produção cultural do real. Serão bem vindas propostas em diversos formatos, contribuindo para uma certa descolonização na transmissão de ciência, seja pela tradicional comunicação oral, pelo ensaio audiovisual, instalação comentada ou conferência-performativa.

A institucionalização do brega e a re(invenção) de suas tecnologias estéticas, políticas e sociais: o bregafunk enquanto ?nova? expressão política das margens

Autoria: Vanessa Rodrigues Santana (UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)

O bregafunk é um gênero musical popular surgido em Recife, na segunda metade dos anos 2000, que se configura como um encontro entre a música brega nordestina, os ritmos caribenhos, as batidas oriundas do funk carioca e outros gêneros latino americanos. Caracteristicamente periférico, o bregafunk assumiu caráter político a partir da criação da Lei do Brega, que o institucionaliza e autêntica enquanto expressão popular pernambucana. O ?movimento? bregafunk desponta, então, como precursor do encurtamento das fronteiras entre as comunidades periféricas e os centros urbanos; a princípio tendo como campo apenas a capital pernambucana e hoje alcançando o mainstream por meio de um processo de nacionalização iniciado em 2018, quando MCs pernambucanos figuraram no canal Kondzilla, apresentando o gênero ao resto do país. Esse processo de desterritorialização do bregafunk atinge seu auge em 2020, quando MCs de São Paulo e Rio



de Janeiro apropriam-se dele. A caracterização enquanto um ?movimento? político, a reivindicação de espaço e o impedimento social à que são submetidos, aproximam o gênero de uma contracultura, em especial pela maneira que os espaços públicos e midiáticos são disputados junto a outras expressões culturais. Uma vez que suas agências e discursividades políticas permeiam uma complexa teia de motivações (políticas, estéticas e sociais), o ethos do bregafunk ainda é amplamente discriminado. Essa apropriação do gênero pelo mainstream resultou em um grande processo de hibridização dentro do gênero. Se, inicialmente, a hibridização ocorreu em uma escala global, desta vez encaminha-se para um nível regional. Visto como ?outro? em espaços além da margem, o discurso sobre o bregafunk no mainstream ainda é higienizador. Dentro desse cenário, o brega atua de maneira paralela ao discurso hegemônico, mas, sem pretensões de fazê-lo oposição. Conforme o gênero resiste às estratégias hegemônicas, também busca ocupar palcos de grandes festivais - dentro e fora do Estado. O ?movimento? ainda esbarra em táticas governamentais que visam limitar ou proibir a ocupação desses ambientes, sejam pelos artistas ou pelo público consumidor. Portanto, à luz dos estudos decoloniais, este work busca entender como a comunidade bregueira (re)inventa e aciona mecanismos de afirmação cultural e identitária de seus modos de produção, já que seus códigos oscilam na tensão subalternidade/não-subalternidade (em termos estéticos, tecnológicos e sociais) e como participam da criação de um novo dispositivo político. Além disso, propõe-se a explicitar o ?papel? do bregafunk enquanto um movimento cultural marginalizado e veículo que cria vínculos e experiências capaz de circunscrever uma cultura em sua completude, mediante aos aspectos sócio-tecnológicos da pop culture global.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: